

EDUCAÇÃO POPULAR E EJA SE FAZ COM CRÍTICA E AUTOCRÍTICA

José Carlos do Nascimento Santos¹
UFPB-Universidade Federal da Paraíba
E-mail: josecarloscuitegi@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar um texto produzido a partir das reflexões e diálogos realizados na disciplina Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos: crítica e autocrítica ministrada pelo professor Dr. Luiz Gonzaga Gonçalves do Programa de pós-graduação em Educação da UFPB, campus I em João Pessoa. Neste texto, iremos falar acerca da educação popular e educação de Jovens e adultos, na perspectiva de uma educação de qualidade. “A modalidade EJA é assegurada na LDB, nº 9394/96, no seu artigo 37 que afirma: A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. A referida modalidade de ensino é constituída de uma demanda de discentes que por motivos diversos não finalizaram seus estudos. Diante desta realidade, podemos afirmar categoricamente de que esta modalidade precisa de um olhar todo especial para que assim seja desenvolvida uma prática pedagógica de forma interativa e lúdica. A tipologia da pesquisa é de cunho bibliográfico e descritivo. Neste artigo, apresentamos a modalidade EJA, como também a importância da Educação Popular no contexto atual. Entretanto, com este trabalho podemos afirmar de que a educação de Jovens e adultos deve ser visto e acompanhado no ensino aprendizagem por uma coordenação pedagógica, afim de que, seja contemplada com mais responsabilidade e compromisso. Chegamos à conclusão de que a educação popular é uma educação que tem um legado voltado ao protagonismo do povo inserido num contexto da realidade do cotidiano. Por fim, podemos concluir que a crítica e a autocrítica são princípios fundamentais na execução da educação de EJA e Educação Popular.

PALAVRAS-CHAVE: Modalidade EJA, Educação popular, Ensino aprendizagem.

¹ Aluno especial do doutorado em Educação-PPGE/UFPB. Mestre em Ciências das Religiões-PPGCR/UFPB. Licenciado em Letras-UEPB. Pós-graduado em Língua, linguagem e ensino-CINTEP/FNSL E-mail: josecarloscuitegi@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A educação deve sim ser levada a sério, uma vez que a educação é a base de tudo. Para termos uma educação de qualidade faz-se necessário comprometimento com a educação. Se analisarmos bem a crítica e a autocrítica deve existir, sim, para vermos onde acertamos como também onde entramos.

A crítica construtiva é uma crítica bem aceita, pois através dela podemos melhorar cada dia mais as nossas práticas pedagógicas para assim termos uma educação voltada para a realidade do alunado. Não podemos nos esquivar da crítica destrutiva que sempre existiu. Esta acaba com os sonhos e encantos de uma educação pautada em mudanças e transformações.

Daí a autocrítica tem a sua particularidade, uma vez que através desta é que nos autoavaliamos e corrigimos os possíveis erros cometidos durante a aplicabilidade de uma educação popular, de uma educação oriunda dos anseios de uma população, de um povo.

Se observarmos a história da nossa educação iremos perceber o quanto houve evolução e ao mesmo tempo sinais de retrocesso e contratempo. Cabe a nós analisarmos os pormenores que afligem a nossa educação.

Neste texto iremos falar acerca da educação popular e educação de Jovens e adultos, na perspectiva de uma educação de qualidade.

2 A EDUCAÇÃO NA MODALIDADE EJA

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele.

Paulo Freire

A modalidade EJA, educação de jovens e adultos, é uma modalidade de ensino oferecida aos jovens e adultos que, por motivo superior, não finalizaram os seus estudos, quer seja do fundamental ou do ensino médio. A EJA é considerada um estímulo aos jovens e adultos para assim despertar o interesse e a preparação para sua vida profissional. O ato de alfabetizar não é uma

tarefa fácil, pois não simplesmente alfabetizar por alfabetizar é uma forma de despertar nos educandos uma perspectiva de mudança.

Legalmente esta modalidade está assegurada na LDB, nº 9394/96, no seu artigo 37 que afirma:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Fazendo um paralelo da lei com a realidade percebemos que esta modalidade deixa muito a desejar nos ambientes públicos, uma vez que falta incentivo para a permanência dos jovens e adultos em sala de aula.

A principal tarefa da Educação de Jovens e adultos é fazer valer o previsto no artigo 208 inciso I da Constituição Federal de 1988, que garante o acesso e a permanência ao ensino Fundamental a todos. Cabem aos órgãos competentes oferecerem esta modalidade de ensino da melhor forma possível, adequando-a as características de ensino voltadas para os jovens e os adultos. Assim afirma a nossa constituição:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009 (CF, 1988, art. 208)

Diante dos desafios da educação brasileira podemos dizer que a modalidade EJA merece uma atenção específica, pois atende a um público específico com faixa etária diversificada. A questão não é só pedagógica e sim política. Nesse sentido nos diz Gonçalves:

É pedagógica e politicamente importante entender quais e que circunstâncias são apresentadas as dificuldades inerentes à aprendizagem dos adultos em situação escolar. Ao mesmo tempo, cabe lembrar que as discussões especializadas sobre o assunto são tardias em nossa formação histórica. (GONÇALVES, 2016, p.238)

Pedagogicamente a EJA tem um acompanhamento diferenciado da educação formal, uma vez trata-se de um público que traz consigo toda uma bagagem constituída de identidade formada e que ao mesmo tempo anseia por uma sociedade justa e igualitária. A prática pedagógica desta modalidade parte da visão de mundo, ou seja, da realidade que cerca o educando. Assim afirma Freire:

Em um memorável esforço de autocrítica, admitiu ter permanecido por algum tempo sem romper com o modelo educacional tradicional, a ponto de dizer: “apesar de alguns anos de experiências como educador, com trabalhadores urbanos e rurais, eu quase sempre partia do um mundo, sem mais explicação, como se ele devesse ser o “sul” que os orientasse”. (FREIRE apud GONÇALVES, 2016, p. 320)

Didaticamente esta modalidade deve ter um acompanhamento mais eficaz e crítico a partir da nossa localidade e da visão de mundo. Educar através da EJA não se torna tarefa fácil, pois é uma educação que surge a partir das demandas e ansiedade dos educandos. Sendo assim, Gonçalves nos afirma:

Nossa didática, muitas vezes, excessivamente diretiva acaba alheia aos procedimentos e aos ritmos de quem conquista a vida e a sobrevivência, com o próprio esforço. Consideramos que nossos jovens e adultos em diferentes graus, aprenderam a pensar e a decidir com inteligência, aprenderam a detectar continuidades ou descontinuidades no dinamismo das coisas e do mundo vivo que os cercam. (GONÇALVES, 2016, p.326)

A EJA tem a sua didática própria como também os seus objetivos, os quais são voltados à realidade do alunado. Esta modalidade deve ser acompanhada por muito dinamismo, uma vez que é uma clientela com característica própria. São pessoas que pararam os seus estudos por vários fatores. Observando os objetivos desta modalidade de ensino, iremos perceber as

particularidades e identidade dos Jovens e Adultos. Os objetivos específicos da modalidade EJA são elencados da seguinte maneira:

- Proporcionar a conclusão do Ensino Médio aos jovens e Adultos que estão afastados da escola e desejam retomar os seus estudos;
- Garantir ao aluno, através da modalidade de Educação à Distância, a flexibilidade entre tempo e espaço economia de tempo e dinheiro gerada pelo não deslocamento diário até a escola;
- Oferecer a inclusão digital pelo uso da tecnologia na educação;
- Propor a democratização do ensino por todos os cantos do Brasil
- Quebrar barreiras territoriais de um país de extensão continental com a utilização da tecnologia de transmissão via satélite de última geração;
- Participar de mudança na concepção do educar tradicional, que mantém os mesmos moldes do século XIX.

A partir dos objetivos citados acima, percebe-se que a EJA é uma modalidade que se desenvolve de forma emancipatória e coletiva. A intenção, aqui, é a prática pedagógica voltada para a consciência dos seus direitos como também a aplicabilidade dos deveres.

A EJA fora uma conquista pautada de uma demanda que não estava sendo atendida enquanto modalidade de ensino. Pensar na educação de jovens e adultos é alavancar sonhos e despertar perspectivas de vida para uma faixa etária esquecida pelos governantes.

3 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO ATUAL

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

A educação popular é uma educação oriunda do povo, das comunidades populares, dos movimentos sociais, em fim, de uma concepção totalmente diferente da educação tradicional. Neste contexto, a reflexão crítica é indispensável no que se refere à práxis desta educação. Podemos, a partir da crítica, planejarmos uma educação com menos erros e desafios.

A EP (Educação Popular) se dá a partir de uma realidade inserida num contexto, no cotidiano, enfim, surge de acordo com os diversos tipos de situação quer seja de inclusão ou exclusão. Para entendermos melhor afirma Martins:

É aí que se revela o que de fato é o ópio do povo e o que de fato deve ser objeto de crítica e de combate por parte daquelas que não perderam a dimensão da humanidade do homem como o grande projeto dos que têm fome e sede de justiça. (MARTINS, 1997, p. 23)

As diversas formas de exclusão inibem muitas das vezes a forma de trabalhar a educação de cunho popular. Outra coisa gravíssima é a questão interpretativa da realidade. Daí surge a preocupação de sabermos o que de fato vem a ser exclusão.

As formas de exclusão que podem ser propostas na pauta de um encontro de agentes de pastoral ou agentes e diferentes instâncias de mediação, que lidam no dia a dia com diferentes problemas sociais, certamente exigem um grande cuidado analítico e interpretativo. (MARTINS, 1997, p. 15)

Nesta perspectiva o educador popular deve proporcionar um protagonismo muito forte nas suas bases de atuação conforme diz Lovisolo:

Os educadores populares constroem a identidade de educação popular numa referência permanente à América latina embora, por vezes, o discurso tenha-se expandido e englobado todos os países dependentes, os dominados da terra ou qualquer grupo oprimido para o qual a educação popular seria um caminho de construção de autonomia. (LOVISOLO, 1990, p. 36)

A EP Tem toda uma pedagogia específica onde a participação e interação do educando é muito forte. De fato ocorre no processo de ensino aprendizagem o feedback entre educadores e educandos. Assim afirma Lovisolo:

Pedagogia destinada à autopromoção individual ou grupal, e não meramente à fabricação do educando como peça de um mundo já feito e concluído. Pedagogia destinada ao desenvolvimento de capacidades existentes em potência, e não simplesmente à aquisição de recursos de um estoque cultural já dado. (LOVISOLO, 1990, p. 40)

Através de uma pedagogia de caráter libertador é que a EP acontece. A metodologia é toda voltada a dar ênfase ao que é popular, ao que é inerente à população. Podemos dizer que esse tipo de educação deve ocorrer de forma constante e sempre inovadora. Cabe ao educador inserir, no conteúdo programático,

temas voltados ao cotidiano do educando para que assim os educandos se sintam contemplados.

A dialogicidade faz-se necessária na concretização das políticas públicas fazendo acontecer a transformação da sociedade, nesse sentido afirma Freire:

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1987, p.45)

É através do diálogo que tudo flui da melhor forma possível. O educador deve desenvolver atividades de sensibilidade para que assim tenhamos uma “educação humanizadora e humanizante” como defende o grande teólogo Frei Beto. No processo ensino aprendizagem é importante lembrar que a EP é uma educação oriunda dos movimentos sociais, das lutas constantes de trabalhadores e trabalhadores das classes dos menos favorecidos, porém não implica dizer que não são pessoas capazes, inteligentes. Não se pode em hipótese alguma subestimar a inteligência de todos aqueles que fazem a educação popular acontecer. Nesse contexto nos diz Valla:

Humildes, pobres, moradores de periferia são capazes de produzir conhecimento, são capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade, e dessa forma, fazer uma interpretação que contribui para a avaliação que nós fazemos da mesma sociedade. (VALLA, 2014, p. 36)

A partir do que o autor afirma a EP é uma educação que provém de lutas incansáveis e de uma concepção de educação totalmente diferente da concepção que as instituições formais têm. Cabe aos movimentos sociais, sindicais fortalecerem cada vez mais para que a EP não deixe de existir, pois a mesma é um grande legado das inúmeras lutas de resistências e vitórias frente às realidades excludentes que temos.

Em relação aos desafios presentes na educação formal a EP passa também por inúmeros desafios e dificuldades. Considera-se o maior desafio pra EP os estereótipos impostos pela sociedade que temos: individualista, discriminatória, maléfica e causadora de tantos danos. Assim, nos afirma Martins:

Temos de nos livrar dos estereótipos porque nos enganam e enganam as pessoas que queremos ajudar. Esse é o nosso desafio primário. Quando pensamos no alternativo, podemos ver que a população mesma está construindo a alternativa, uma alternativa que aprofunde o abismo com o existente, não a recusa das contradições da sociedade atual. (MARTINS, 1997, p. 37)

O bom e notório na Educação Popular é a forma que é conduzida o ato de educar. Encontrarmos uma educação diferenciada das outras finalidades, outros mecanismos e propósitos diferentes do modelo de educação que temos nas instituições formais são difíceis. Assim sendo, podemos entender o objetivo primordial da educação popular que nada mais é do que educar a partir da própria realidade.

A EP também se depara com alguns desafios, ou seja, entraves na sua realização enquanto política de educação no âmbito de ensino aprendizagem. Por em prática expressões políticas vindas das camadas populares não é fácil, porém não é impossível.

A nosso ver, o grande desafio integrador da EP é a articulação de uma proposta político-educativa, capaz de assumir os processos-chave vividos atualmente pelos movimentos populares em nosso país. A EP pode apenas potencializar as expressões políticas que vão emergindo dos novos movimentos sociais que se desenvolvem nos setores populares. (VARGAS, 1994, p.111)

Uma das propostas fundamentais da EP é a participação no processo ensino aprendizagem de forma democrática. Os autores populares são os corresponsáveis pela operacionalidade de uma educação identificada com as demandas sociais como também as possíveis soluções dos problemas existenciais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante reflexões feitas anteriormente, percebemos o quanto a EJA e a Educação Popular merecem uma atenção especial diferenciada. Precisa-se de uma política educacional que atenda os anseios e perspectivas de uma demanda presente nas várias esferas educacionais.

A nossa educação encontra-se em constante transformação e mudanças, a mesma merece fazer o melhor para que tenhamos, futuramente, cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres. Precisamos mais

do que nunca de uma educação de perfil transformador, ou seja, uma educação voltada para um bem coletivo, onde todos têm valores.

A *priori*, a mudança da modalidade EJA deve ocorrer no currículo escolar onde o mesmo deve atender às necessidades de uma clientela que ora encontra-se sedenta de mudança e de quebras de paradigmas rotulados. Precisamos urgentemente de organizar uma educação pautada num perfil voltado a participação, interação e alternatividade. Os seus conteúdos devem ser elaborados a partir do contexto social dos educandos.

A educação popular, por sua vez, deve ser desenvolvida com a participação ativa dos movimentos sociais e organizações não governamentais, ou seja, com os autores populares dos diversos recantos do nosso Brasil.

Entretanto, tanto a educação de EJA quanto a educação popular devem ser alicerçada num protagonismo enraizado na força, coragem e determinação de seres portadores de sonhos possíveis. Assim, teremos uma sociedade capaz de transformar a sua própria realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de gestão. Estratégica e participativa. **II caderno de Educação Popular em saúde/** Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa.- Brasília: Ministério de saúde, 2014. 224p.:il.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acessado em 17/01/2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília :MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 17 edição. São Paulo, 1987, 45

GONÇALVES, Luiz Gonzaga. Fronteiras da ação da educação de Jovens e Adultos: Aproximações e diferenças entre sujeitos e culturas de aprendizagem. In: **Produção de conhecimentos na pós-graduação em educação no nordeste do Brasil: realidades e possibilidades**

LOVISOLO, Hugo. **Educação Popular: maioria e conciliação**. Salvador: UFBA/Empresa gráfica da Bahia, 1990.

MARTINS, José de Souza. Ciência e crise política: a sociologia à caminho da roça. **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. Nº 12, p. 243-247

VARGAS, Jorge Osório. As polêmicas e a afirmação da educação popular na América Latina. In: **O pêndulo das ideologias: A educação popular e o desafio da pós-modernidade**./Pedro Benjamim Garcia. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.

Site consultado:

http://ejabrasil.com.br/?page_id=98. Acessado no dia 17 de janeiro de 2017.